

**A visita familiar como processo proximal no desenvolvimento de crianças em
acolhimento institucional**

**The family visits as a proximal process in the development of children in institutional
care**

**La visita familiar como un proceso próximo en el desarrollo de los niños en atención
institucional**

Recebido: 11/09/2020 | Revisado: 13/09/2020 | Aceito: 17/09/2020 | Publicado: 20/09/2020

Adrine Carvalho dos Santos Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7134-9926>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: adrinecsantos@gmail.com

Tamires Santos Rufino e Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8064-6992>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: tamiresrufino88@gmail.com

Lília Iêda Chaves Cavalcante

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3154-0651>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: liliaccavalcante@gmail.com

Resumo

Descreveu-se aspectos das interações sociais observadas durante a visita familiar, analisando-os a partir do conceito de processo proximal do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano. Participaram cinco crianças de instituições de acolhimento e seus familiares. Realizaram-se entrevistas e observação das interações. Verificou-se que os processos proximais de competência parecem estar relacionados à forma como as crianças mantiveram-se engajadas na construção e manutenção do vínculo com seus familiares durante a visita, traduzidos pela intenção de permanecerem juntos, realizando atividades e estabelecendo contato afetivo. Os processos proximais disfuncionais foram identificados a partir de comportamentos como choro, manifestações intensas de sofrimento da criança ao término da visita, dificuldades no relacionamento com seus familiares e na sua adaptação à instituição. Conclui-se que as interações que se sucedem no tempo no contexto da visita familiar, quando

favorecem o fortalecimento dos vínculos afetivos e promovem o bem estar na criança, podem se constituir como um processo proximal.

Palavras-chave: Visita familiar; Processo proximal; Criança institucionalizada.

Abstract

Aspects of the social interactions observed during the family visit were described, analyzing them from the concept of proximal process of the Bioecological Model of Human Development. Five children from foster care institutions and their families participated. Interviews and observation of interactions were carried out. It was found that the proximal competence processes seem to be related to the way the children remained engaged in building and maintaining the bond with their family members during the visit, translated by the intention to remain together, carrying out activities and establishing affectionate contact. The dysfunctional proximal processes were identified from behaviors such as crying, intense manifestations of the child's suffering at the end of the visit, difficulties in the relationship with their families and in their adaptation to the institution. It is concluded that the interactions that take place over time in the context of the family visit, when they favor the strengthening of affective bonds and promote the well-being of the child, can constitute a proximal process.

Keywords: Family visit; Proximal process; Institutionalized children.

Resumen

Se describieron aspectos de las interacciones sociales observadas durante la visita familiar, analizándolos desde el concepto de proceso proximal del Modelo Bioecológico de Desarrollo Humano. Participaron cinco niños de instituciones de acogida y sus familias. Se realizaron entrevistas y observación de interacciones. Se descubrió que los procesos proximales de competencia parecen estar relacionados con la forma en que los niños se mantuvieron involucrados en la construcción y el mantenimiento del vínculo con los miembros de su familia durante la visita, traducidos por la intención de permanecer juntos, realizar actividades y establecer un contacto afectuoso. Los procesos proximales disfuncionales se identificaron a partir de comportamientos como el llanto, las manifestaciones intensas del sufrimiento del niño al final de la visita, las dificultades en la relación con sus familias y en su adaptación a la institución. Se concluye que las interacciones que tienen lugar a lo largo del tiempo en el contexto de la visita familiar, cuando favorecen el fortalecimiento de los lazos afectivos y promueven el bienestar del niño, pueden constituir un proceso próximo.

Palabras clave: Visita familiar; Processo proximal; Niño institucionalizado.

1. Introdução

As políticas de atenção à infância e adolescência em situação de risco no Brasil passaram por várias mudanças, ao longo dos anos. Estas transformações resultam da visão de garantia de direitos, que tem como objetivo oferecer proteção integral a todas as crianças e adolescentes (Bastilha, 2020).

Espera-se que a família, junto com a sociedade e o Estado, possa proteger suas crianças e adolescentes, assegurando que estes possam ter um desenvolvimento tão pleno e saudável quanto esperado (Lima, Cavalcante, & Costa, 2016). No entanto, Bastilha (2020) destaca que quando não houver proteção e cuidado adequados em uma fase decisiva para o desenvolvimento humano, tais ações e omissões podem resultar em situações de risco pessoal e social, sendo necessária a aplicação de medidas de proteção social que possam assegurar condições adequadas à aquisição de habilidade cognitivas e socioemocionais.

Sendo assim, o acolhimento institucional, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), evidencia-se como uma medida para proteger e resguardar a integralidade dos direitos das crianças e adolescentes. Entretanto, ele também se apresenta como uma experiência adversa capaz de favorecer a dissolução de vínculos socioafetivos com a família de origem, podendo atravessar de múltiplas formas a trajetória de vida desses indivíduos (Diniz, Assis, & Souza, 2018). As crianças em situação de acolhimento sofrem com o seu afastamento da família e com a ameaça de ruptura do vínculo que os mantêm ligados afetivamente aos seus pais, irmãos e avós, entre outros (Carvalho & Delgado, 2014; Diniz & Koller, 2010).

Sendo assim, o espaço de acolhimento possui a obrigação legal de oferecer à criança a estrutura básica que ela necessita para se sentir protegida (Diniz et al, 2018) e fortalecer o vínculo desta com seus familiares. Isto é fundamental na promoção de um desenvolvimento saudável na infância, como explica Rigoti (2016).

Nesse sentido, há evidências na literatura de que a visita da família à sua criança em acolhimento institucional tem ampla importância para a sua condição psicossocial (Carvalho & Delgado, 2014; Siqueira & Dell’Aglío, 2011). De acordo com Martins e Szymanski (2004), o momento da visita dos pais pode ser favorecedor a constituição de um contexto de desenvolvimento mais saudável para a criança institucionalizada. Quando os pais, por meio da visita familiar, asseguram proximidade e convivência com seus filhos nesse contexto

específico, supõe-se que o afeto característico dessa relação contribui para mantê-los ligados entre si, sendo este contato, regular e pessoal, um processo promotor de desenvolvimento.

Nesse sentido, Diniz e Koller (2010) apresentam o afeto como um elemento essencial para um desenvolvimento humano saudável e harmonioso, e para construção de relações e fortalecimento de vínculos. Se o afeto demonstra ser importante no processo desenvolvimental ao longo do ciclo de vida e nos processos de mudanças e permanências que marcam a passagem de uma fase a outra desde a infância, isto não poderia ser diferente quando criança se encontra em situação de acolhimento (Diniz & Koller, 2010). Daí a importância e a necessidade de se pensar que o encontro que caracteriza a visita familiar deve ser estimulado e promovido pela instituição, por se constituir em um momento privilegiado para o estabelecimento de trocas afetivas. Esses autores defendem que a manifestação de trocas afetivas nessas relações pode ser vista como um elemento poderoso dos processos proximais, nos moldes em que definiu Bronfenbrenner (2011).

Os processos proximais são designados como a força motriz propulsora do desenvolvimento humano, e dizem respeito à interação recíproca entre um organismo humano biopsicológico em atividade e pessoas, objetos e símbolos existentes no seu ambiente externo imediato (Bronfenbrenner, 2011). Nesses termos, o conceito de processo proximal tem um significado específico para o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (MBDH), possuindo propriedades que são centrais para a sua operacionalização em qualquer que seja a análise pretendida: a pessoa deve estar engajada em uma atividade; a atividade deve ocorrer regularmente e durante um período prolongado de tempo; deve continuar por tempo suficiente para tornar-se cada vez mais complexa; as relações devem ser recíprocas e; envolve, além da interação com pessoas, a interação com objetos e símbolos (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Os processos proximais podem produzir dois tipos de efeito, os de disfunção ou de competência. O primeiro refere-se a recorrentes manifestações de dificuldade por parte da pessoa em desenvolvimento em manter o controle e a integração do comportamento em diferentes situações, já o segundo é definido como a aquisição e o desenvolvimento de conhecimento e habilidades (intelectuais, físicas, socioemocionais, entre outras). No entanto, o poder de tais processos de influenciar o desenvolvimento varia em função das características biopsicológicas da pessoa, dos contextos ambientais e os períodos de tempo em que os processos proximais acontecem (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

As características biopsicológicas dividem-se em três categorias: força, recursos e demandas. A primeira seria as disposições comportamentais ativas que colocam os processos proximais em movimento e sustentam suas operações ou interferem, retardam ou impedem a

sua ocorrência. A segunda envolve características passivas e ativas que influenciam a capacidade do organismo de se envolver efetivamente em processos. Por fim, a terceira contempla aqueles aspectos que têm capacidade de estimular ou desencorajar reações do ambiente social capazes de atrapalhar ou promover os processos proximais de crescimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Sobre os contextos ambientais com influência no desenvolvimento, Bronfenbrenner (2011) apresenta diferentes níveis contextuais: o microsistema (ambiente em que o indivíduo está em atividade em um determinado momento de sua vida); o mesossistema (a inter-relação entre os vários ambientes nos quais a pessoa está inserida); o exossistema (ambientes nos quais a pessoa não está inserida diretamente, mas que influencia sobre o seu comportamento e desenvolvimento); e o macrossistema (engloba todos os outros sistemas, envolve as questões relacionadas a cultura, as macroinstituições, etc).

Finalmente, completando os quatro núcleos teóricos denominados Processo-Pessoa-Contexto-Tempo (PPCT), Bronfenbrenner e Morris (2006) descrevem o tempo a partir da formulação de três dimensões interligadas: o microtempo (tempo imediato em que os processos proximais se estabelecem); o mesotempo (frequência e extensão de tempo concernente ao estabelecimento dos processos proximais) e; o macrotempo (acontecimentos históricos, que impactam, além do indivíduo, pequenos e grandes grupos).

Dito isso, assume-se que a visita familiar pode ser estudada na perspectiva do MBDH, uma vez que a investigação dos seus aspectos descritores é estratégica para o conhecimento do potencial desenvolvimental das trocas afetivas que envolvem pais e filhos no contexto do acolhimento institucional.

Outros estudos com crianças e adolescentes em contextos institucionais também utilizaram como base teórica e metodológica o MBDH. Estes estudos buscaram realizar uma análise bioecológica do contexto da instituição e compreender os fatores associados ao desenvolvimento psicossocial das crianças (Rosa, Santos, Melo, & Souza, 2010), evidenciar a percepção das mesmas acerca da dinâmica de funcionamento do ambiente (Corrêa & Cavalcante, 2013; Piske, 2016) e compreender a importância da rotina de crianças nesse contexto (Heumann & Cavalcante, 2018). Na mesma direção, Cardoso (2019), dentre outros autores, buscou discutir o processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes com embasamento no MBDH.

Na mesma perspectiva, mas com um enfoque mais específico nos processos proximais, Coscioni, Nascimento, Rosa e Koller (2018) investigaram de que maneira as relações interpessoais estabelecidas por adolescentes em cumprimento de Medida

Socioeducativa de Internação (MSI) contribuem para a elaboração de seus projetos de vida, e também Coscioni, Farias, Garcia, Rosa e Koller (2018) objetivaram investigar o processo proximal entre adolescentes em MSI e sua equipe técnica.

Percebe-se que, embora algumas pesquisas envolvendo crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional já utilizem como base teórica e metodológica o MBDH, pouca atenção tem sido conferida aos processos proximais nesse contexto específico. Assim, torna-se necessário conhecer as interações das famílias com suas crianças para que seja possível avaliar se o momento da visita pode fortalecer a perspectiva da garantia de direitos fundamentais ou se reedita práticas e atitudes de constrangimento e rejeição.

Sendo assim, com a perspectiva de se compreender a visita familiar no contexto do acolhimento institucional como um processo proximal capaz de favorecer a criança em seu desenvolvimento como pessoa, este estudo objetivou descrever aspectos das interações entre ela e seus familiares neste tempo e contexto específicos, e analisá-los na perspectiva do MBDH.

2. Metodologia

O presente estudo é de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, do tipo estudo de caso. O estudo de caso é definido como uma metodologia de estudo de fenômenos individuais ou processos sociais (Pereira, Shitsuka, Parreira, & Shitsuka, 2018).

2.1 Participantes

Participaram deste estudo cinco crianças, sendo uma dupla de irmãs, e quatro familiares que realizavam visita no contexto de acolhimento.

A Tabela 1 traz informações sobre o perfil dos participantes da pesquisa.

Tabela 1. Perfil dos participantes.

Díade	Dados do familiar			Dados da criança				
	Idade (anos)	Escolaridade	Estado Civil	Idade (anos)	Escolaridade	Tempo de permanência (meses)	Motivo do acolhimento	Instituição
João* e Ângela* (Mãe Substituta)	29	Ensino Médio	União estável	02	Não estuda	06	Situação de risco	Governamental
Fábio* e Mãe Rita*	23	Ensino Fundamental	União estável	02	Não estuda	10	Negligência familiar	Governamental
Lucia* e Avó Selma*	51	Ensino Fundamental	Solteira	11	3º ano	18	Situação de risco	Não governamental
Clara* e Avó Selma*	51	Ensino Fundamental	Solteira	09	2º ano	18	Situação de risco	Não governamental
Ana* e Tia Helena*	22	Ensino Médio	Casada	10	3º ano	06	Situação de risco	Não governamental

Nota: *Nomes fictícios. Fonte: Autores.

2.2 Contexto

A pesquisa foi realizada em duas instituições de acolhimento da Região Metropolitana de Belém, sendo uma instituição governamental que atende crianças de zero a seis anos, e outra não governamental voltada ao público de sete a onze anos.

2.3 Ambiente

A coleta de dados foi realizada no ambiente onde as visitas familiares ocorriam. Na instituição governamental, o ambiente utilizado era o pátio, e na outra, o quintal.

2.4 Instrumentos

Primeiramente, utilizou-se um Roteiro de Entrevista Semiestruturada com os Familiares sobre a Visita Familiar, com objetivo de descrever a frequência com que ocorriam as visitas, o modo como se dava esse contato, o sentimento do familiar visitante, como este percebia que a criança se sentia e suas sugestões sobre este momento com ela. Esses dados contribuíram para caracterização dos casos estudados, e foram coletados a partir de um instrumento elaborado para este fim.

O segundo instrumento empregado foi uma Folha de Registro Padronizado dos Dados

Observacionais, com finalidade documentar episódios que definem o conteúdo das sessões de observação das crianças e suas interações com os familiares. A partir desse instrumento proposto pela pesquisa, foi possível registrar, por escrito, dados observacionais extraídos de sessões de observação naturalística realizadas no ambiente institucional.

Utilizou-se também o formulário de caracterização das crianças. Este contém perguntas fechadas e de múltipla escolha, distribuídas em torno das seguintes seções: identificação pessoal (18 itens), situação familiar (7 itens), processo de institucionalização (14 itens), histórico de institucionalização (13 itens) e saúde da criança (19 itens).

Por fim, deve-se mencionar o Diário de Campo. Nele, foram registradas informações relevantes do trabalho de campo que consistiram basicamente em anotações e impressões acerca do momento da visita, assim como outras informações sobre as interações entre a criança e o familiar e os aspectos capazes de defini-la como um processo proximal. Esses dados foram utilizados para a caracterização dos casos e para definição do plano de análise comparativa.

2.5 Procedimento de coleta de dados

Inicialmente, obteve-se autorização judicial para realização de visitas sistemáticas às duas instituições e a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Destaca-se que este estudo faz parte da pesquisa intitulada “Instituições de acolhimento do Pará: rotinas e práticas de cuidado”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, sob o número CAAE: 18184714.3.0000.0018.

Após a solicitação das autorizações, iniciou-se o trabalho de exploração do ambiente institucional e o contato com os participantes da pesquisa. Na sequência, examinaram-se os prontuários das crianças para fim de preenchimento do formulário de caracterização desses participantes. Posteriormente, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com os familiares, e utilizou-se a técnica da observação naturalística das visitas.

As díades foram observadas por um período de seis meses, de agosto a dezembro de 2014. Realizaram-se 24 sessões de observação, sendo seis com cada díade. Os dados observacionais foram documentados no diário de campo a partir de registro cursivo no momento em que a visita estava ocorrendo. Foram selecionados os extratos de três visitas de maior relevância em relação ao objetivo desta pesquisa, a partir das quais verificou-se as mudanças ocorridas entre o familiar e a criança no período considerado pela pesquisa.

2.6 Procedimento de análise dos dados

Os dados do preenchimento do formulário de caracterização das crianças foram codificados e transportados para o programa Excel. Os dados das entrevistas foram tratados através da análise de conteúdo de Bardin (2011). Os registros das observações foram transcritos em sessões na Folha de Registro Padronizada. Os dados coletados foram divididos em categorias de análise baseadas no MBDH: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo.

No âmbito da Pessoa procurou-se registrar as características pessoais da criança como sexo, idade, motivo do acolhimento, situação escolar e sociojurídica, entre outras. Além de aspectos comportamentais e interacionais que pudessem, no contexto da visita familiar, indicar a presença das características biopsicológicas. No Processo, foram registrados dados das interações ocorridas entre a criança e o seu familiar e a maneira como estas se configuravam. No que se refere ao Contexto, descreveu-se o ambiente físico em que ocorriam as visitas, o ambiente social e as características dos visitantes. E, em relação ao Tempo, verificou-se a duração da visita, a frequência com que esta ocorreu e o período que o familiar passou em interação com a sua criança.

3. Resultados

Com base na análise dos dados, foi possível realizar a descrição de cada caso observado e o registro de dados relevantes das visitas familiares.

3.1 Caracterização dos casos estudados

3.1.1 Primeiro caso: João

A genitora de João ficou grávida quando estava cumprindo sentença judicial. Quando a criança nasceu foi entregue ao genitor, pois, na época, ainda não havia o sistema de berçários nas penitenciárias. Todavia, a criança foi entregue pelo genitor aos vizinhos, quando possuía apenas três dias de vida. Ele alegou que não tinha tempo, nem alguém disponível para cuidar do bebê, pois sua família morava em outro estado. Destaca-se que o casal já mantinha um relacionamento antes da prisão da genitora e tinham duas filhas. Durante o período que a genitora esteve presa, esta foi diagnosticada como portadora de graves transtornos mentais e foi internada em uma instituição para tratamento psíquico.

Após um ano e nove meses, a genitora saiu da prisão e voltou a morar com seu esposo. Nesse período, os genitores pediram aos vizinhos para passar um fim de semana com o filho. Os vizinhos concordaram, porém, no dia combinado, os genitores não apareceram com João e se mudaram sem deixar o endereço. Após alguns dias, uma pessoa que conhecia os vizinhos e o genitor, levou as vizinhas (às quais a criança trata como avó e mãe) até a casa onde a família biológica estava. Encontraram a criança muito descuidada, quase sem alimentos. A criança chorava gritando pela avó e pela mãe (as vizinhas) e dizia que queria ir com elas. Contudo, elas falaram que não podiam fazer isso, pediram desculpas, choraram e foram embora. As vizinhas foram ao Conselho Tutelar do município, relataram a situação da criança desde o nascimento, e afirmaram que, pelo menos, queriam ter o direito de ver a criança, pois alegaram ter um vínculo forte com a mesma e que a genitora da criança tinha acabado de sair de uma unidade prisional, era esquizofrênica, e, pelo demonstrado até ali, não era capaz de cuidar de uma criança. As vizinhas tinham medo de deixar João com a genitora porque, como relatado, ela havia tirado a vida de um sobrinho no passado. Elas temiam que a mesma pudesse perder a paciência e fazer o mesmo com o filho. Com isso, o Conselheiro Tutelar comunicou a situação ao Juizado da Infância e da Adolescência e eles retiraram a criança dos genitores e a levaram para uma instituição de acolhimento como medida de proteção.

Enquanto a criança estava no espaço de acolhimento, foi estabelecido que os vizinhos podiam visitar a criança duas vezes por semana e o genitor também. Porém, este informou que poderia ir uma única vez na semana. Na ocasião, foram registrados dados sobre a visita feita pelas vizinhas e pelo genitor. Enquanto a primeira era repleta de carinho e afeto a outra era muito fria e com poucos ou raros episódios de interação.

Durante o período em que a pesquisa ainda estava sendo realizada ocorreu a audiência da decisão da guarda e a juíza concedeu a guarda a mãe substitua. Porém, autorizou que os pais biológicos teriam o direito de ver a criança, entretanto sempre sobre supervisão.

3.1.2 Segundo caso: Fábio

O genitor de Fábio costumava agredir fisicamente a mãe da criança, a senhora Rita, mesmo quando esta estava grávida. Quando Fábio nasceu, a genitora foi encaminhada junto com a criança para um abrigo, pois ela não tinha mais familiares na cidade. Todavia, passado algum tempo na instituição, a senhora Rita pediu a suspensão das medidas protetivas. Tal medida levou a equipe do abrigo a supor que ela retornaria para a convivência do companheiro e agressor. Diante disso, a equipe técnica do abrigo acionou o Conselho Tutelar

para que a criança fosse encaminhada para um espaço de acolhimento infantil. E assim se procedeu a entrada na criança na instituição.

A genitora passou a visitar o filho quase que diariamente. Todavia, demonstrava não saber lidar com a criança, demonstrando pouca habilidade e tolerância. Não sabia realizar os cuidados básicos, como dar banho e trocar fraldas. No decorrer do tempo, foi orientada pelas técnicas como se aproximar mais do filho, aprendendo a lidar com as necessidades do mesmo. No período em que a pesquisa estava sendo realizada, Rita começou a apresentar melhoras no cuidado com seu filho e em seu comportamento em relação à criança, com demonstrações de carinho e afeto mais frequentes. Entretanto, a genitora voltou a conviver com pai de Fábio, o que reduziu as chances de uma reinserção familiar. Pelo informado, Rita, como adulta, poderia optar viver com violência doméstica, mas a criança teria o direito de proteção integral assegurado por lei.

A genitora visitava o filho quase todos os dias, e passava o tempo integral da visita com a criança. Quando a genitora aprendeu a lidar com as necessidades do filho, observou-se que ela demonstrava muito carinho e afeto nos momentos em que estava com o mesmo.

3.1.3 Terceiro caso: Lúcia e Clara

Os genitores de Lúcia e Clara eram usuários de droga, viviam nas ruas e praticavam assalto. A família do genitor não residia no estado e a única pessoa da família da genitora que residia no estado era sua mãe, a senhora Selma, a qual havia sido internada em uma instituição para idosos por residir nas ruas e demonstrar ter problemas mentais, o que foi confirmado pelos médicos da instituição. Após dois anos do nascimento de Lucia, a genitora deu à luz a Clara. Ela continuava a viver nas ruas com seu companheiro e as crianças, deixando as meninas em situação extrema de risco.

Após algum tempo, o Conselho Tutelar retirou as meninas das ruas e as levou para um espaço de acolhimento infantil. No decorrer dos anos as meninas passaram por vários serviços socioassistenciais e há um ano e seis meses foram encaminhadas para a instituição que se encontram no momento.

Por muitos anos as meninas não tiveram contato com seus genitores, nem com a avó. Há um ano, a genitora procurou a instituição atual e pediu consentimento para visitá-las, informou a equipe técnica que o genitor das meninas havia falecido já algum tempo e lhe foi concedida permissão para visitar as filhas. Todavia, logo a equipe técnica verificou que a genitora continuava a morar na rua, fazer uso de drogas e diversas vezes em que a mesma foi

visitar as filhas, ao sair do espaço de acolhimento, cometia assaltos nas proximidades da instituição. Em função destas situações, a equipe técnica comunicou a situação ao juizado e a genitora foi proibida de realizar visitas, pois ela representava risco as meninas e a vizinhança. A genitora foi encaminhada para serviços da rede, todavia, conforme consta nos autos, a mesma nunca compareceu nesses.

Ao inviabilizarem a visita da genitora, o Juizado, em conjunto com a equipe técnica da instituição, entrou em contato com a avó das crianças, único familiar residente no município. Em conversa com os responsáveis da instituição, detectaram que ela sofria de distúrbios mentais, entretanto era capaz de visitar as netas. A partir de então a avó começou a frequentar a instituição e visitar suas netas uma vez por semana, acompanhada de uma cuidadora da instituição em que estava acolhida e passava em torno de uma hora e meia com elas.

Quando a avó começou a frequentar a instituição, as netas inicialmente estranharam, pois não a reconheceram, mas as técnicas conversaram com as crianças e as mesmas logo ficaram contentes em saber da presença desse familiar. Depois as crianças passaram a apreciar o momento em que a avó chegava para visitá-las.

A senhora Selma relatava sentir-se muito feliz em poder ver as netas e estar compartilhando um pouco da vida delas, e que se tivesse uma casa e condições financeiras certamente levaria as meninas para morar com ela. Declarava ainda que gostava muito como as visitas ocorriam na instituição, pois ela sentia que as técnicas e as educadoras a deixavam muito à vontade para conversar e brincar com as netas.

3.1.4 Quarto caso: Ana

A genitora de Ana a concebeu em uma situação conflituosa, ela estava em união estável com um homem, porém engravidou de outro, que era um traficante de drogas. Após o nascimento da criança, separou-se do companheiro com quem convivia até então, entregou a criança para ele cuidar e deixou sua casa. Conforme consta nos autos, nunca mais a viram e nem tiveram notícias da mesma.

Quando a criança estava com dois anos de idade, o genitor procurou a família que estava com sua filha e disse que gostaria de criá-la, e que suas irmãs e sua mãe iriam lhe ajudar. Contudo, o ex-companheiro da genitora, que estava com a criança e cuidava dela com o apoio de sua família (mãe e irmãs), não quis entregar a criança, posto já tinha sido criado um laço afetivo entre a menina e a família. Nessas circunstâncias, o genitor concordou que a criança permanecesse com aquela família, porém, no decorrer do tempo, o mesmo sempre

vinha à porta da casa dessa família causar tumulto, dizendo que queria a menina. A família costumava dar dinheiro ao genitor que era usuário de drogas, que se acalmava e ia embora.

Esta situação ocorreu durante anos, até que certo dia, o genitor pediu novamente que a entregassem, só que dessa vez ele fez ameaça de morte à família caso não a entregassem e a levou consigo. A família que estava com a menina, ligou para a delegacia, que acionou o Juizado. Este encaminhou a criança para uma instituição de acolhimento infantil.

O Juizado junto com a equipe técnica da instituição constatou que o genitor de Ana não tinha condições de cuidar dela, pois o mesmo morava nas ruas, costumava cometer assaltos, além de ser usuário de drogas. Já a família que havia cuidado da família até então, os quais chamava de pai, tio, tia, avó, tinham condições financeiras, além do vínculo afetivo que tinham construído no decorrer dos anos. Foi autorizado que a família poderia visitar a criança na instituição, até que o juizado resolvesse a situação da mesma.

Ana recebia com frequência a visita de duas tias e primos. Todavia uma de suas tias, Helena, a visitava mais regularmente. Ela dizia que gostava muito do momento da visita, pois era a oportunidade que tinha para estar com a sobrinha que tanto amava. Helena disse que considerava Ana como se fosse sua filha e que gostaria que a menina retornasse logo para casa. Normalmente, quando a visita chegava ao fim, Ana ficava muito triste. Ela ia para sala, deitava-se no sofá e ficava encolhida, olhando para TV, sem falar com ninguém.

Durante o período em que a pesquisa ainda estava sendo realizada, ocorreu a audiência para decidir a guarda de Ana. O Juizado decidiu que a menina ficaria sob a guarda da sua tia Selma, e que o genitor da menina estaria proibido de ver e chegar perto da criança e da família, pois o mesmo representava risco para os mesmos e para menina.

3.2 Caracterização e análise comparativa das visitas familiares em três períodos

A Tabela 2 apresenta uma síntese dos dados que descrevem as visitas familiares observadas no período de realização dos estudos de caso. Verificou-se onde, como e por quanto tempo a criança e seu familiar ficavam juntos durante a visita. Posteriormente, a partir de uma análise bioecológica dos dados coletados, discutiu-se a aplicabilidade do conceito de processo proximal aos quatro casos de visitas familiares estudados. Para a análise comparativa das visitas familiares, considerou-se os dados referentes à primeira, terceira e sexta visita de cada caso.

Tabela 2. Análise comparativa da visita familiar (VF).

Criança	Visita 1/Tempo 1	Visita 3/Tempo 3	Visita 6/Tempo 6
Caso João*	<p>A mãe chegou na instituição para visitar João, e dirige-se para o pátio da instituição. Quando vê o menino, abraça-o, e a criança faz o mesmo para com a mãe. Fica brincando com a criança, e lhe diz: “Olha os vídeos que você gosta, meu amor”. Eles permanecem brincando juntos até o momento em que o menino começa a chorar fazendo birra. A mãe começa a dar o almoço ao menino, dizendo “Bora comer tudinho, hein”, porém ele rejeita a comida. Ao terminar de dar o almoço a visita termina, e a mãe se despede do menino, o beija, abraça, diz que o ama, e o entrega à educadora, e o mesmo ficar chorando, gritando: “Mãe, não vai embora”.</p>	<p>A mãe chega na instituição, e vai para o pátio da instituição. Quando o menino chega ao local, abraça-a e beija-a. Ela lhe diz: “Estava com muitas saudades de você, meu amor”. A criança abraça e beija a mãe carinhosamente. Ambos vão para o playground onde brincam. Próximo do término da visita, chega o almoço de João, a mãe começa dar a comida para o menino e lhe diz: “Vamos lá meu anjo, vamos comer mais um pouquinho hoje, você precisa se alimentar para ficar um menino forte”, a criança inicialmente rejeita a comida, mais com a conversa da mãe ele para e come parte do alimento. A visita chega ao fim, e a mãe pega a criança e o entrega a educadora e diz que vai pegar água e logo volta. A mãe vai embora, e educadora distrai a criança que esquece da mãe e fica sem chorar.</p>	<p>A mãe chega na instituição, e vai para o pátio da instituição. Quando criança ver a mãe logo a abraça e a mesma retribui o afeto. A genitora fica a brincar com a criança pelo pátio da instituição. Chega o almoço de João, e a mãe começa a dar a comida ao menino dizendo “você já é um rapazinho e deve comer tudo, direitinho”. E o menino come toda a refeição” Ao terminar o almoço a visita chega o fim, a mãe abraça o filho diz “amo muito você meu pequeno, eu tenho que ir, mais logo volto para ti ver”, e vai embora. O menino fica com uma educadora que o leva para dormitório e não chora, demonstrando compreender a situação.</p>
Caso Fábio*	<p>A mãe chega para visitar o filho e vai para o pátio da instituição. Quando ela o vê, abraça-o e beija-o e diz “estava com saudades de você”. O menino lhe dá um leve abraço e depois se afasta, passando a correr pelo pátio da instituição, enquanto fala “fica aqui comigo meu anjo”, e o menino a ignora. O menino brinca com outras crianças, enquanto a mãe o chama falando “vem, fica aqui com a mamãe, vamos brincar”, porém este não dá muita atenção a ela e diz “eu não quero brincar com você, quero ficar com meus amiguinhos”. Chega o almoço de Fábio, a mãe o pega no colo, o alimenta dizendo “é para comer tudinho, não pode estragar comida”. Ele come toda a comida que lhe foi oferecida. Ao terminar a visita, a mãe beija o filho com os olhos cheio de lágrimas e despede-se dizendo “tchau meu amorzinho”. O menino fala “tchau” depois, sai correndo para brincar com outras crianças.</p>	<p>A genitora chega para visitar o filho e vai para o pátio da instituição. Quando o vê, logo ela o abraça e o beija e diz “saudades meu amorzinho, como eu o amo”. O menino retribui a demonstração de carinho e diz “também estava com saudades”, porém logo sai em direção ao <i>playground</i> para brincar. A mãe vai até o <i>playground</i>, e o chama de forma carinhosa pedindo para que ele fique ao lado dela, pedindo “meu amor fica aqui com a mamãe um pouquinho”, no entanto, o menino ignora o pedido da mãe e continua brincando com as outras crianças. Chega o almoço da criança, e a mãe consegue interromper o momento de brincadeira e passa a alimentá-lo. No término da visita, a mãe se despede da criança, abraçando-o e beijando-o de forma afetuosa, dizendo “a mamãe irá volta logo logo para lhe ver, pois sinto muito sua falta e lhe amo muito”. Ele se despede da mãe e fica com os olhos cheios de lágrimas e diz “irei esperar por você mamãe”.</p>	<p>A genitora chega para ver o filho, e, como de costume vai para o pátio da instituição. Assim que o vê, ela abraça-o e beija-o, e pergunta “como você está meu amorzinho? Eu estava morrendo de saudades de você, queria poder lhe ver todos os dias” e o menino retribui com o carinho e diz “mamãe senti muito sua falta, queria que você estivesse sempre aqui, que viesse me ver todos os dias”. Ele senta e permanece assim, no colo da mãe, por algum tempo. A mãe sorri e pergunta “você está bem” e ele balança a cabeça de forma afirmativa diz “sim mamãe”. Ela o abraça mais vezes e depois passa a brincar com o filho no pátio da instituição. Chega o almoço de Fábio, a mãe o coloca no colo e passa a alimentá-lo, levando comida até a sua boca. Ao término da visita, quando a mãe se despede, o menino diz “não vá embora mamãe, não quero ficar sem você”. Ela diz carinhosamente “preciso ir meu amor, mais logo irei voltar para lhe ver”. O menino fica chorando enquanto vê a mãe se afastar.</p>
Caso Lúcia* e Clara*	<p>A avó chega para visitar pela primeira vez as netas que não as veem há muitos anos. Quando as meninas chegam, sentam-se ao lado da avó, que começa a conversar com as meninas. Ela diz às netas “estou muito feliz de reencontrá-las, como vocês cresceram”. As</p>	<p>A avó chega para visitar as netas, e dá um beijinho em cada uma e diz “já estava com saudades de vocês minhas pequenas”. As meninas retribuem com semelhantes demonstrações de afeto, e dizem “estamos felizes que você vem nos ver”. As duas crianças sentam-se ao</p>	<p>A avó chega para visitar as netas, e as chama para virem ao seu encontro. As crianças, que brincavam próximo dali, quando veem a avó correm em sua direção. Elas trocam abraços e beijos entre si. Avó fica conversando com as duas crianças pergunta “como está</p>

crianças permanecem caladas, olhando para avó. Vez ou outra elas resmungam algo (não foi compreensível), e balançam a cabeça positivamente. Quando a visita chega ao fim, a avó abraça as netas, que se despedem dá avó e e vão brincar com as outras crianças.

Caso Ana*

A tia chega na instituição para visitar a sobrinha. Quando Ana lhe vê, corre em sua direção e a abraça dizendo com olhos marejados de lágrimas “senti muito sua falta”. A tia retribui o carinho, e fala “também senti a sua, meu amor”. Ambas ficam sentadas em uma área localizada nos fundos do quintal. Elas conversam por algum tempo. Depois, a tia tira da bolsa que traz consigo alguns instrumentos de manicure e passa a cuidar das unhas da sobrinha e diz “como suas unhas tão feias, mas eu vou cuidar delas” e a menina sorri. Mais adiante, a tia acaricia a cabeça da criança, e toca de forma carinhosa em seus cabelos. Elas conversam por algum tempo, a criança pergunta “tia como estão todos? Como está meu pai? Sinto falta de todo mundo”, e a tia lhe responde “estão todos bem querida, em breve você estará conosco”. A visita chega ao fim, e menina e sua tia caminham de mãos dadas até a porta de saída da instituição. A tia abraça e beija a sobrinha, que retribui de forma afetuosa, despedindo-se dela. A menina, com expressão de choro, dirige-se até a sala da instituição, onde fica deitada no sofá. Ela chora, demonstrado tristeza após o fim da visita e uma educadora que trabalha na instituição procura consolá-la.

lado da avó, e a mesma começa a conversar com elas, perguntando “como é a escola de vocês, tem muitos amiguinhos?”. As crianças mantêm-se sérias, porém respondem às perguntas feitas pela avó dizendo “gostamos da nossa escola e temos sim vários amigos”. A visita chega ao fim e a avó abraça e beija as netas. Ela diz às meninas “se tivesse condições levaria vocês para casa comigo”. As meninas sorriem ao ouvirem o que sua avó lhes disse. Elas a abraçam de forma carinhosa, despedindo-se da avó.

A tia chega à instituição, e, ao ver a sobrinha na área da recepção, abraça-a, demonstrando seu afeto pela criança e diz “saudades imensas estava de você meu anjo”. A menina retribui o gesto de carinho e diz com o olhar triste, porém sorridente “eu morro de saudades de você sempre”. Elas caminham juntas para o fundo do quintal onde costumam ficar nos dias de visita. A tia e a menina começam a brincar de faz de conta: ela é a cabelereira e a sobrinha sua cliente. A tia diz “fique quietinha princesa, para eu pentear seus cabelos e fazer um penteado bem bonito” e a menina ri e diz “sim tia, quero o penteado mais lindo para eu poder mostrar pras minhas colegas e ficar bonita” a tia responde “pode deixar comigo meu amor”, a menina contando sobre como é viver na instituição e diz “eu gostaria muito de poder voltar para casa, sinto sua falta, e falta de meu pai, dos meus primos” e a tia olha para a criança e diz carinhosamente “meu amor, estamos fazendo o possível para você sair logo daqui, nós amamos muito você, e queremos que você volte para casa logo”. A visita termina, a tia se despede da sobrinha com um beijo e a menina fica com os olhos cheio de lágrimas e abraça a tia. A tia se vai e a menina senta e depois deita no sofá e fica sozinha, triste, vendo tv.

aqui no abrigo? Vocês são amigas das outras meninas” e no colégio”, dá presentinhos que levou para elas. As crianças brincam com a vó, desenham juntas, e sorriem algumas vezes abraçando a avó. A visita chega ao fim, e as crianças perguntam à avó “você irá voltar para nos ver?”. A avó diz “claro que sim meus amores”. Novamente, avó e netas se abraçam, despedindo-se. A avó vai embora e a meninas ficam chorosas e tristes.

A tia chega à instituição, e ao encontrar Ana, ela lhe diz “estava com muitas saudades de você”. Ela beija e abraça a sobrinha, a qual retribui o carinho. A menina diz “também senti a sua falta” e a abraça carinhosamente. Ambas caminham para o fundo do quintal, ficam conversando por algum tempo. A menina ri durante a conversa com a tia. Ela lhe conta histórias, mostra passos de ballet que aprendeu durante as aulas tidas na instituição. Depois, a tia abraça novamente a sobrinha, a beija, faz perguntas sobre questões do cotidiano na instituição. A menina diz que não gosta de ficar na instituição, que as meninas são chatas e que quer logo voltar para casa. A tia pede um pouquinho mais de paciência, e fala que logo isso irá ocorrer. A visita chega ao fim, e a menina leva a tia até a porta de saída instituição. Ela abraça a tia carinhosamente. Depois, que a tia se vai, a menina vai para a sala, e fica brincando e conversando com as coleguinhas.

Nota: *Nomes fictícios. Fonte: Autores.

No caso de João, as trocas estabelecidas entre ele e a mãe substituta puderam ser notadas. Ele demonstrava muita alegria, responsividade e disposição para a interação. Porém, quando se aproximava o término da visita, que geralmente coincidia com o horário do almoço e a mãe começava a lhe servir a refeição, ele rejeitava o alimento que ela ofertava. A criança

apresentava comportamento de protesto à separação e permanecia assim por algum tempo. No entanto, no decorrer das visitas o comportamento da criança começou a mudar, pois, possivelmente, tinha mais segurança de que a mãe substituta retornaria para visitá-lo. Por fim, os dados mostram que a criança se engajou na atividade com a mãe substituta de forma mais adequada e estava mais sociável nas interações com os outros. Portanto, é possível afirmar que as interações mantidas e o modo como as relações foram se configurando podem ter ativado um processo proximal de competência, já que a criança demonstrou estar mais habituada à instituição e apresentou melhores habilidades socioemocionais quando se despedia da mãe.

No caso do Fábio, observou-se que, inicialmente, a criança não interagia satisfatoriamente com a genitora, por mais que ela o tratasse com carinho, delicadeza e o incentivasse a estar próximo de si, este por vezes a ignorava, permanecendo na companhia de outras crianças. Entretanto, a genitora, apoiada e incentivada pela equipe técnica, se manteve frequente em suas visitas, procurando se aproximar mais do filho. No decorrer desses encontros, observaram-se mudanças significativas, tanto durante a visita em que a criança passou a interagir de maneira mais afetuosa com a mãe, quanto no término da visita, quando a criança pedia que a mãe não fosse embora e ficava chorosa com a sua partida. Identificaram-se, portanto, elementos descritores da presença do processo proximal de competência, na medida em que o padrão das interações e das relações foi sendo alterado no decorrer do tempo, tornando-se mais afetuoso e estimulante para a criança.

No caso de Lúcia e Clara, inicialmente elas interagiam pouco com a avó, no entanto, com o decorrer das visitas as crianças passaram a receber a avó com mais carinho e entusiasmo, interagir mais satisfatoriamente, brincar, falar sobre seus afazeres na instituição, mostrando-se contentes pela presença da avó, que, por sua vez, ficou muito feliz e mais motivada a continuar visitando as netas. Mais uma vez vê-se que a visita familiar pode constituir-se como um processo proximal de competência ao se perceber as mudanças no comportamento e no modo de agir das crianças com avó, e a criação de condições favoráveis à constituição de um vínculo entre elas.

No caso de Ana, inicialmente, observou-se que quando a tia chegava à instituição, a criança, apesar de alegre pela visita, a recebia de forma chorosa. Observou-se, também, que ao término da visita, a criança se recolhia e ficava triste, chorando normalmente. Todavia, com o decorrer dos encontros, percebeu-se que a criança começou a se adaptar mais à instituição, e com o passar do tempo, passou a receber a tia sempre com um sorriso e demonstrações de alegria, já quando a tia ia embora ela ficava triste, mas depois se engajava

em outras atividades. Percebe-se, então, que a visita familiar pode constituir-se como um processo proximal de competência, pois durante as visitas observadas havia uma frequência significativa de interação entre Ana e sua tia, com demonstrações que sugeriam a formação de um vínculo afetivo entre elas, engajamento em atividades simbólicas e mais complexas, e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais por parte da criança.

4. Discussão

A partir de uma análise dos casos estudados, foi possível identificar os comportamentos e os padrões de interação estabelecidos pelos grupos familiares, os quais sugeriram que houve um aumento na interação entre si, através de demonstrações de carinho, brincadeiras, atividades e conversas que ocorriam durante a visita familiar. Estas são evidências de que houve mudanças no comportamento da criança e no modo como ela se relacionava com seu familiar no momento da visita, geralmente com a criança manifestando mais ou mantendo os comportamentos de afeto já existentes, ao mesmo tempo que apresentavam maior desenvolvimento de habilidades emocionais no momento da despedida. Portanto, pode-se afirmar que os indicadores de processos proximais promotores de desenvolvimento, descritos por Bronfenbrenner e Morris (2006), demonstraram estar em formação, fossem eles de competência ou disfunção.

No que se refere aos efeitos de competência, nos casos de João e Ana, a relação que eles mantinham com a família substituta antes do seu encaminhamento para a instituição pôde ser mantida e reforçada com as visitas, o que permite o desenvolvimento de habilidades socioemocionais nas crianças. Deste modo, pode-se supor que as interações estabelecidas durante a visita familiar atuaram como processos proximais que preservaram o vínculo afetivo entre eles. No caso de Lúcia e Clara, os efeitos estavam ligados à forma como as crianças foram se engajando na construção de um vínculo afetivo com a avó. E, no caso de Fábio, estavam ligados à reconstrução do vínculo com a mãe.

Em relação aos efeitos disfuncionais, na díade João e Ana, estes estiveram possivelmente relacionados à dificuldade que a criança apresentava para se habituar ao espaço de acolhimento, enquanto que para as irmãs Lúcia e Clara, mas também para Fábio, estes efeitos pareceram estar relacionados ao comportamento observado das crianças, as quais demoraram um certo tempo para adaptarem-se com às visitas dos seus familiares. Diniz et al (2018) afirmam que, ao serem encaminhadas para uma instituição de acolhimento, algumas crianças podem reagir com ansiedade, tristeza e raiva, pois esta situação pode se tornar uma

ameaça de perda e de rompimento dos vínculos socioafetivos familiares.

Em todos os casos, foi possível perceber que os membros da equipe técnica contribuíram para construção, reconstrução e manutenção de vínculos entre as crianças e seu familiar, seja provendo atenção, consolo e/ou orientação às crianças e seu familiar. Cardoso (2019) destaca que membros da equipe técnica tem papel fundamental neste contexto, pois é por meio das experiências vivenciadas e compartilhadas durante as relações que são estabelecidas entre elas e as crianças, assim como com a família de origem, a família adotiva e/ou a rede de proteção, que estes profissionais atuam como um elemento do processo de desenvolvimento proximal. Além disso, eles desempenham a função de conduzir a mediação do sistema familiar com o sistema institucional e trabalhar esta família para a proposta de mudança, a partir de suas fragilidades e potencialidades.

Bastilha (2020) destaca ainda que desenvolver um trabalho com as famílias, paralelamente ao acolhimento, implica em reconhecer que, embora a medida protetiva tenha sido necessária, esta família não apresenta uma sentença de desqualificação. Assim, a autora acrescenta que as instituições de acolhimento devem zelar pela continuidade da convivência familiar, quando não impedida por ação judicial.

Com relação às características biopsicológicas evidenciadas nos quatro casos, observou-se que as características de força se apresentavam durante e/ou no decorrer das visitas por meio da presença da afetividade e responsividade entre a criança e o familiar e do interesse em se envolver em atividade com o outro. Logo, o fato de as crianças se mostrarem carinhosas e afetivas contribuía para uma visita de qualidade. Conforme Diniz e Koller (2010) afirmam, o afeto está ligado à capacidade de criar e se estabelecer vínculos e é um elemento importantíssimo para o desenvolvimento saudável.

A manutenção dos vínculos afetivos e uma relação afetiva estável podem ser vistos como estímulos para a superação de mudanças (Diniz & Koller, 2010), o que é de extrema importância nos casos de visita familiar, tendo em visto que há alterações em relação ao contexto ecológico da criança.

A pouca interação com as crianças, no caso de João, a relação estável e de bastante interação com os demais acolhidos, no caso de Fábio, o fato de interagirem bem entre si e com as outras crianças, em relação a Lúcia e Clara, a interação afetiva com as crianças na maior parte do tempo, no que diz respeito à Ana, são características que se destacam como recursos pessoais, pois foram habilidades que as crianças adquiriram ao decorrer da vida e em particular no tempo passado na instituição.

As características pessoais da demanda foram apontadas nos casos de João e de Lúcia

e Clara, como alegre, sorridente, saudáveis, atuando como motivadoras e propiciadoras de uma visita de qualidade. Já nos casos de Fábio e de Ana as características pessoais da demanda apresentadas foram: aparência alegre, extrovertida, assim como, crianças que costumavam provocar brigas e demonstravam pouca higiene física. Fábio e Ana comumente provocavam brigas, seja com as outras crianças na instituição, ou mesmo com seus familiares quando os visitavam. Estas características podem ter atuado como demandas que dificultavam as interações, sendo pouco promotoras do desenvolvimento infantil.

A instituição de acolhimento é o microssistema comum a todas as crianças da pesquisa. Nele, ocorreram os processos proximais entre as crianças e seus familiares. Nota-se que mesmo ocorrendo trocas afetivas, brincadeiras e fortalecimento do vínculo, este contexto oferece poucas possibilidades de variação nos horários, nas atividades e no espaço que ocorriam as visitas, restringindo a ampliação de interações mais complexas. Essas instituições foram caracterizadas como um espaço de reduzida variabilidade nas atividades cotidianas, constância e repetição dos padrões de rotinas (Heuman & Cavalcante, 2018) e apontado como um lugar de seguir regras e rotinas (Piske, 2016).

Outrossim, Coscioni et al (2018) ressaltam que o ambiente pode prejudicar o estabelecimento de processo proximal quando ele não favorece a estimulação da atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento. Por sua vez, Rosa et al (2010) ressaltam que uma vez que o microssistema pode ser compreendido como as relações estabelecidas entre as crianças e seus pais no momento da visita, estas relações precisam ter equilíbrio, flexibilidade, serem mútuas, afim de que a visita familiar seja bem sucedida e benéfica a criança.

Percebeu-se, também, a influência das instituições sociojurídicas como uma dimensão exossistêmica com influência direta na visita familiar, pois são órgãos responsáveis pelas decisões que envolvem o familiar e a criança, e a possibilidade de haver uma reinserção familiar. No que se refere ao microssistema, este pode ser identificado como as crenças, ideologias e estilos de vida que os familiares levam consigo, influenciando no modo como veem a criança e o seu papel nesse processo.

Em relação ao tempo, observou-se que João e Ana passavam o tempo inteiro destinado a visita junto com seu familiar, enquanto Fábio e Lúcia e Clara, inicialmente, destinavam parte do tempo da visita em atenção ao familiar e outra parte em atividades com as outras crianças da instituição, sendo que, após a constância das visitas, o tempo de interação com o familiar aumentou. De acordo com Wentz (2008), quando os pais e criança estão interagindo com sucesso durante a visita familiar, esta deve aumentar a duração fazendo com que ela se

torne mais benéfica e de qualidade para a criança. O objetivo é aumentar lentamente a responsabilidade dos pais e avançar para visitas sem supervisão na casa da família, desde que seja considerado seguro para criança.

Por fim, sobre os casos estudados e as evidências de que a visita familiar pode funcionar como processo proximal promotor de desenvolvimento (Carvalho & Delgado, 2014; Silva, Cavalcante, & Cardoso, 2018; Silva, Magalhães, & Cavalcante, 2014), destaca-se a importância da família e de sua visita para a criança que encontra-se em acolhimento institucional. É por meio da visita familiar que o familiar tem condições de promover o bem-estar a criança, oferecer segurança e proteção a esta, além de reforçar os vínculos afetivos com a mesma, através das interações mantidas durante a visita.

5. Considerações Finais

No presente estudo, investigou-se aspectos da visita familiar que podem ser reconhecidos como processo proximal no contexto de acolhimento institucional. Foram estudados quatro casos e as análises foram realizadas na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano, proposta por Bronfenbrenner (2011).

Observou-se que são inúmeros os fatores que podem ajudar para que os processos proximais se deem de forma competente, contribuindo assim para uma visita de qualidade, saudável, a qual pode vir a contribuir para o desenvolvimento da criança e ajudar em uma possível reinserção familiar. É necessário destacar que, estes processos se constituem ao longo do tempo, de forma que asseguram certa estabilidade e regularidade, além de engajamento nas atividades de caráter interacional, ou seja, laços duradouros e recíprocos, os quais tornam-se complexos com o passar dos dias, meses ou anos (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Os dados mostraram que a presença de afeto entre o familiar e a criança são essenciais para as relações estabelecidas no momento da visita familiar. Ou seja, quando a visita é constituída de trocas afetuosas, carinho entre a criança e o seu familiar, pode-se afirmar que esta se constituiu em um processo proximal. Na maioria dos casos apresentados, foram observadas manifestações comportamentais que são próprias de relação afetuosas, e, quando está ainda não existia, o familiar, além dos técnicos e educadores da instituição realizavam um trabalho junto a criança para que isso ocorresse.

Portanto, observa-se certo grau de complexidade no momento da visita familiar, tendo em vista que as crianças que estavam um tempo prolongado institucionalizadas e/ou estiveram

expostas a situações de riscos antes de adentrarem na instituição, apresentavam dificuldades de relacionamento com familiar que a visitava, principalmente nas primeiras visitas. Logo, observa-se que o período contínuo de convivência proporcionado pela visita, é passível de criação de estratégias de interação, além de ser fundamental para a construção dos vínculos afetivos e a criação de um bom relacionamento entre o familiar e a criança.

Como limitações deste estudo pode-se apontar a especificidade de cada caso estudado, não sendo possível uma generalização dos dados. Além disso, é um estudo que abrange o acompanhamento das visitas familiares em duas instituições de acolhimento infantil, as quais apresentam características bem distintas. Desta forma, outros estudos que contemplassem um número maior de participantes, mais informações sobre as características específicas de cada instituição, bem como pesquisas que acompanhassem o processo de visita familiar desde a entrada da criança até a sua saída da instituição, poderiam auxiliar numa maior compreensão do fenômeno estudado. Ademais, seria de grande contribuição para a sociedade e para o avanço da literatura nacional e internacional sobre o tema, uma quantidade maior de estudos envolvendo o processo proximal e a visita familiar em diferentes contextos. As investigações e reflexões acerca desta relação são de grande relevância, tanto para a pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento, permitindo compreender a condição psicossocial da criança que está crescendo em uma instituição, como para a formulação de políticas públicas mais afinadas com suas demandas desenvolvimentais.

Referências

Brasil (1990). *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições.

Bastilha, R. R. (2020). Políticas públicas: um olhar aos serviços de acolhimento. *Research, Society and Development*, 9(8). DOI: 10.33448/rsd-v9i8.6042.

Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos* (A. C. Barreto, Trad.). Porto Alegre: Artmed.

Bronfenbrenner & Morris. P. A. (2006). The bioecological model of human development. In: W. Damon & R. M. Lerner (Eds.). *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development*, (6a ed.), 793- 828. New York: John Wiley & Sons.

Cardoso, L. M. N. (2019) *O abrigo, a criança e a família: caminhos da reinserção familiar*. Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador, Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea. Salvador, BA. Recuperado de <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/870>.

Carvalho, J. M. S., & Delgado, P. (2014). Contact in Foster Care: Bridge or Collision between Two Worlds? *Journal of Applied Research on Children: Informing Policy for Children at Risk*, 5(1). Recuperado de <http://digitalcommons.library.tmc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1184&context=childrenatrisk>.

Corrêa, L. D. S., & Cavalcante, L. I. C. (2013). Shelter educators: conceptions on development and care practices in play situation. *Journal of Human Growth and Development*, 23(3), 309-317. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v23n3/pt_09.pdf.

Coscioni, V., Farias, B. G., Garcia, A., Rosa, E. M., & Koller, S. H. (2018). O convívio de adolescentes em medida socioeducativa de internação com a equipe técnica. *Psico*, 49(2), 137-147. DOI: 10.15448/1980-8623.2018.2.27890.

Coscioni, V., Nascimento, D. B., Rosa, E. M., Koller, S. H. (2018). Pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano: uma pesquisa com adolescentes em medida socioeducativa. *Psicologia USP*, 29(3), 363-73. DOI: 10.1590/0103-656420170115.

Diniz, E., & Koller, S. H. (2010). O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico. *Educar*, (36): 65-76, Curitiba: UFPR. DOI: 10.1590/S0104-40602010000100006.

Diniz, I. A., Assis, M. O. de, & Souza, M. F. S. de. (2018) Crianças institucionalizadas: um olhar para o desenvolvimento socioafetivo. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 3 (5): 261 – 285. Recuperado em 12 de novembro de 2019, de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15978>.

Heumann, S. & Cavalcante, L. I. C. (2018). Rotinas de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: estudo descritivo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(2), 22-37. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000200003&lng=pt&tlng=pt.

Lima, S. S, Cavalcante, L. I. C., & Costa, E. F. (2016). Triagem do desenvolvimento neuropsicomotor de crianças brasileiras: uma revisão sistemática da literatura. *Fisioterapia e Pesquisa*, 23(3), 336-342. DOI: 10.1590/1809-2950/15703 523032016.

Martins, E., & Szymansky, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia*, 9 (1): 177-187. DOI: 10.1590/S1413-294X2004000100019.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa Científica*. Santa Maria, RS: UFSM, NTE. Recuperado de https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1.

Piske, E. R. (2016). *Instituições de acolhimento sob o olhar das crianças: que lugar é esse?* Dissertação (Mestrado). Unidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental. Rio Grande, RS. Recuperado de <https://www.escoladeconselho.com.br/site/livro/instituicoes-de-acolhimento-sob-o-olhar-das-criancas-que-lugar-e-esse/>.

Rigoti, L. M. B. (2016). Uma reflexão sobre o sentido de família para crianças e adolescentes abrangidos: uma revisão bibliográfica. *Revista UNI-RN*, 15 (1/2), 166 – 86. Recuperado de <http://revistas.unirn.edu.br/index.php/revistaunirn/article/view/371/316>.

Rosa, E. M., Santos, A. P., Melo, C. R. S., & Souza, M. R. (2010). Contextos ecológicos em instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, 15(3), 233-241. DOI: 10.1590/S1413-294X2010000300002.

Silva, T. S. R., Cavalcante, L. I. C., & Cardoso, A. F. (2018). A importância da visita familiar para crianças e adolescentes em acolhimento institucional. In: Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., Corrêa, L. S., Costa, E. F., & Cruz, D. A. (Orgs). *Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: teorias e evidências científicas para boas práticas* (pp.177-188). Curitiba: Juruá.

Silva, T. S. R., Magalhães, C. M. C., & Cavalcante, L. I. C. (2014). Interações entre avós e netos em instituição de acolhimento infantil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66 (1), 49-60. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000100005.

Siqueira, A. C. & Dell’Aglío, D. D. (2011). Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Psicologia & Sociedade*; 23 (2): 262-271. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a07v23n2>.

Wentz, R. (2008). *Best Practices in Dependency: Planned, Purposeful, and Progressive Visitation*. Recuperado de <http://www.uwtv.org/programs/displayevent.aspx?rID=27405>.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Adrine Carvalho dos Santos Vieira – 33%

Tamires Santos Rufino e Silva – 33%

Lília Iêda Chaves Cavalcante – 33%